

Emendas reabilitam capital estrangeiro

BRASÍLIA — O Relator da Constituinte, Bernardo Cabral (PMDB-AM), emitiu parecer favorável às emendas supressivas ao artigo que obriga o Governo a dar preferência às empresas brasileiras de capital nacional nas compras de bens e serviços pelo Estado, exatamente como representantes de 68 multinacionais haviam reivindicado ao Deputado Ulysses Guimarães, domingo passado. A nova redação do parágrafo 2º do artigo 177 prevê a igualdade de condições para todos os produtos gerados dentro do Brasil por empresas brasileiras — onde estão incluídas as multinacionais e as empresas de capital nacional.

Após uma análise com os Relatores Adjuntos e com o Presidente da Constituinte, Cabral concluiu que a preferência às empresas de capital nacional provocaria distorções na aquisição de bens e produtos pelo Estado. Mesmo com a oferta de produtos de multinacionais por preços mais baixos, os Governos federal, estaduais e municipais ficariam obrigados a adquirir os produtos das empresas de capital nacional. O novo texto protege o produto brasileiro, sem importar a origem do capital da empresa.

Segundo argumentaram diretores da Siemens, Phillip Morris e General Electric, em visita a Ulysses Guimarães, na residência do Deputado, a



Cabral teme que a preferência pela empresa nacional cause distorções

manutenção do artigo 177 resultaria no desestímulo ao investimento do capital estrangeiro no País, além de criar discriminação entre trabalhadores brasileiros. Este novo texto poderá ser viabilizado por uma união de emendas, possibilidade aberta ontem pelo Presidente da Constituinte para fechar acordos entre as lideranças.

As demais emendas que visam a alterar o texto da Ordem Econômica receberam parecer contrário do Relator. Estão mantidas as distinções entre empresa brasileira (onde se incluem as multinacionais) e empresa brasileira de capital nacional. Para proteger as empresas de capital nacional, foram mantidos à disposição

do Governo os mecanismos que instituem a reserva de mercado.

O Relator Adjunto José Fogaça (PMDB-RS) argumenta que, apesar das críticas ao "intervencionismo do Estado", esta Constituição será a mais liberal em relação ao papel do Estado na economia, porque a sua intervenção está muito restringida:

— Abrimos perspectivas para o capital estrangeiro, mas sem libertinagem, porque criamos instrumentos que poderão ser usados para controlar as empresas estrangeiras. Quando elas forem produtivas, geradoras de empregos, serão bem vindas. Mas ficarão com uma espada sobre a cabeça: quando forem predadoras, anti-sociais, serão barradas.

Nos Capítulos referentes ao Sistema Tributário, não haverá qualquer alteração de mérito, já que as emendas apresentadas visam apenas à adequação do texto. Os Estados e Municípios já podem contar com o aumento de receita determinado no primeiro turno, adiantam os Relatores. Outro ponto importante já definido pelo Relator foi a questão das desapropriações urbanas. Ele manteve o texto aprovado com o apoio das lideranças, onde está prevista a desapropriação dos terrenos não utilizados ou subutilizados. No entanto, adiantou que isto não significa nem mesmo que vá-votar neste texto no segundo turno.

OAB critica supressão de mandado

BRASÍLIA — O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, criticou ontem a decisão do Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), de acolher emenda supressiva da exigência de ordem escrita de autoridade judiciária para a prisão de um cidadão. Segundo Thomaz Bastos, esta decisão significa "um atentado às liberdades públicas, na medida em que irá conferir aos policiais o poder arbitrário de efetuar prisões".

Segundo o Presidente da OAB, apenas durante o "Estado Novo e na vigência do AI-5, quando a Lei de Segurança Nacional sofreu uma alteração, foram admitidas prisões sem autorização do Juiz". Para ele, é "um verdadeiro absurdo a tentativa de adoção de um mecanismo utilizado somente nos períodos autoritários de tão triste memória".

A resposta de Bernardo Cabral foi simples. Ele afirmou ter acolhido a emenda devido ao grande número de propostas apresentadas com o mesmo objetivo. Ele disse esperar que "as autoridades não exerçam a sua voz de prisão com tanta arbitrariedade

de como havia antes do processo democrático".

Mas o Líder do PMDB na Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), afirmou que tentará garantir no texto da Constituição a necessidade de uma ordem escrita de autoridade judiciária para que uma prisão seja efetuada. Segundo ele, este é um instrumento de defesa do cidadão contra a violência do Estado.

Para Ibsen, não há risco para a segurança pública na necessidade de autorização judicial para prisões. Além disso, ressaltou que este texto foi aprovado nas diversas fases da elaboração da nova Carta — desde as Subcomissões até a votação em primeiro turno.

Ele afirmou que o texto não exclui as prisões administrativas, uma vez que os funcionários públicos e os militares estão sujeitos a um regulamento que prevê prisões disciplinares.

Assim não entende o Deputado Fernando Santana (PCB-BA): a supressão da necessidade de uma ordem judicial atende às necessidades atuais de combate à violência.

Sarney aponta o que não quer na nova Constituição

BRASÍLIA — Depois de ter passado um bom tempo sem se referir publicamente aos trabalhos da Constituinte, o Presidente Sarney voltou, na quinta-feira e ontem, a comentar decisões da Assembléia. No programa "Conversa ao Pé do Rádio", o Presidente, depois de dizer que o projeto da futura Carta contém avanços na área social e torna o Congresso mais forte, citou o que considera excessos de detalhamento de direitos e imprevidências e relacionou os pontos que gostaria de ver corrigidos no segundo turno de votação.

Ao tomar conhecimento da fala do Presidente e da entrevista que ele concedera na quinta-feira a TV Manchete, o Deputado Ulysses Guimarães se apressou em defender o trabalho dos constituintes. Rebateu as críticas de Sarney, exaltou a reforma tributária — que tem merecido fortes restrições do Governo —, mas o último lance da esgrima de declarações foi do Presidente da República. No começo da noite, Sarney determinou a sua Assessoria de Imprensa que distribuisse a seguinte declaração:

"Lamento que o doutor Ulysses Guimarães, por quem tenho grande

estima, respeito e consideração, tenha sido vítima de uma cilada. Ele não viu minha entrevista à TV, nem ouviu a "Conversa ao Pé do Rádio". Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como Presidente da República responsável pelo cumprimento da Constituição."

Sarney criticara no programa radiofônico a Constituinte por ter distribuído favores que custarão aos cofres públicos mais de CZ\$ 1 trilhão: — É muito fácil atirar com a pólvora alheia — disse, repetindo o ditado popular.

O Presidente acredita que o segundo turno de votações leve a "um texto moderno, com um mínimo de erros, sem fantasias ou ilusões, por mais generosas que sejam essas ilusões e fantasias".

Nos dispositivos sobre direitos trabalhistas aprovados até agora, Sarney considerou que foram cometidas pelos Constituintes duas graves imprevidências: a aprovação da jornada máxima de trabalho de seis horas para turnos ininterruptos e a equiparação dos direitos do trabalhador avulso aos do trabalhador permanente.

A definição da jornada de trabalho, de acordo com as ponderações

de Sarney, não é da competência da Constituição, mas da legislação ordinária e dos próprios sindicatos, através de acordos coletivos.

Segundo Sarney, a decisão da Constituinte, se consagrada, desorganizará alguns setores industriais e, no caso das indústrias siderúrgicas, acarretará perda de competitividade de preços no mercado internacional.

O Presidente Sarney voltou a criticar a anistia às dívidas de microempresários e pequenos proprietários rurais.

Apesar de ter classificado como excelente a reforma do Poder Judiciário, Sarney classificou como idéia de consequências danosas o dispositivo que exige a ordem judicial para prisões.

— O desejo do constituinte que apresentou este dispositivo foi o de evitar que o cidadão seja vítima de arbitrio. Mas, em vez disso, o que ele fez foi facilitar a fuga de bandidos e inviabilizar os instrumentos disciplinares internos das Forças Armadas, como a prisão disciplinar imposta pelos superiores nos quartéis e navios de guerra — ressaltou o Presidente, que defendeu a supressão do dispositivo.

Ulysses exalta qualidade da Carta

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, rebateu ontem as críticas feitas à nova Constituição pelo Presidente Sarney, no programa "Conversa ao Pé do Rádio". Destacando a reforma do sistema tributário, que descentraliza a administração, repassando 22 por cento dos recursos da União para Estados e Municípios, Ulysses afirmou que "esta Constituição estabelece condições de governabilidade que nenhuma outra ofereceu".

— Se nós tivéssemos feito só esta distribuição de renda já teríamos feito um trabalho extraordinário para a qualidade de vida das populações que estão nos municípios e não no Palácio do Planalto — disse.

Mais do que isto, adiantou que a nova Constituição será importante na campanha eleitoral do PMDB.

Assim que encerrou a entrevista, ele foi procurado discretamente por um assessor, que trazia uma informação importante. Sarney telefonara para o gabinete da Presidência da Constituinte. Sempre bem-humorado, Ulysses comentou com discrição:

— Parece até que o Presidente adivinhou que eu dei esta entrevista.

Antes de enumerar os avanços da nova Carta, Ulysses ressaltou que as críticas que possam ser feitas à Constituinte "se inserem nas características do regime democrático:



Ulysses: Condições para governar serão as melhores na História do País

— Pode-se criticar o Papa, a Assembléia Constituinte e assim por diante. A opinião pública, que é o grande juiz, é quem vai dizer se as críticas foram acertadas ou não.

Cada vez mais entusiasmado com a Constituinte, Ulysses criticou o atual sistema tributário e explicou por que foram melhoradas as condições de governabilidade.

— Num País com a extensão do

Brasil, o Governo precisa estar onde está o homem, e não o homem correr atrás do Governo. O sistema atual faz com que o Governador ou o Prefeito despenquem dois ou três mil quilômetros para resolver problemas regionais em Brasília. Na Presidência de República, fui procurado por dois prefeitos de cidades médias que pediram uma ambulância. Isto não é possível.